



PROVA SUBJETIVA

GRUPO I

Prezado(a) Candidato(a), para sua segurança, atente para as seguintes instruções:

1. Verifique, **com muita atenção**, este caderno de prova, que deverá conter: uma questão na primeira parte (Dissertação); 6 (seis) questões na segunda parte; 10 (dez) folhas pautadas frente e verso, e 3 (três) folhas para rascunho. As folhas destinadas a rascunho poderão ser destacadas e levadas pelo(a) candidato(a);
2. Constatando qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões ou impressão defeituosa), **solicite imediatamente a substituição do caderno de prova**;
3. Preencha, **em letra de forma**, os campos abaixo reservados para nome, número de inscrição, UF e **assine no espaço apropriado**;
4. É vedado, **sob pena de nulidade da prova**, inserir no corpo das provas o nome, assinatura, local de realização ou qualquer outra anotação ou sinal que possa identificar o candidato, sendo vedado também o uso de líquido corretor de texto e de caneta hidrográfica fluorescente (Resolução nº 169/2016, art. 44, §§ 4º);
5. **Observe rigorosamente o limite de linhas para as respostas**, caso o examinador tenha fixado, uma vez que não serão consideradas as linhas excedentes (Resolução nº 169/2016, art. 42, § 4º);
6. **UTILIZE FOLHAS INDIVIDUAIS PARA CADA QUESTÃO, NUMERANDO-AS. USE O VERSO APENAS PARA CONTINUAÇÃO DA DISSERTAÇÃO OU DE UMA MESMA QUESTÃO;**
7. Sendo insuficiente o número de folhas de resposta constantes do Caderno de Prova, solicite ao fiscal folhas adicionais;
8. **Reveja as questões, conferindo suas respostas, antes de transcrevê-las em definitivo, evitando rasuras que poderão dificultar o entendimento de suas respostas;**
9. **Será eliminado(a) o(a) candidato(a) que retirar, ao fim da prova, caderno de prova escrita ou der publicidade a seu conteúdo, por qualquer meio, antes que o faça a organização do concurso (Resolução nº 169/2016, art. 47, parágrafo único); e**
10. O(A) candidato(a) deverá, sob pena de desclassificação e não correção de suas provas, redigir suas respostas com letra legível (Resolução nº 169/2016, art. 44, § 7º).

PREENCHA OS CAMPOS ABAIXO:

(Reservado ao MPF)

NOME: _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____ UF: _____

GRUPO I

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

Caio X ingressou, em dezembro de 2005, com ação ordinária contra a União Federal e a Fundação Nacional do Índio – Funai, com o propósito de impedir o início dos estudos tendentes à declaração de posse tradicional de indígenas guarani sobre área que afirma ser de sua propriedade.

Alega que a área em disputa é a Fazenda Pasárgada, cujo título foi registrado em seu nome, em 1965, e que, desde então, exerce de forma plena e pacífica a sua posse, sem qualquer registro de presença indígena.

Processada regularmente a ação e oferecidas contestações pelas rés, o juiz deferiu a realização de perícia, nomeando antropólogo para análise da existência ou não de posse tradicional indígena na área em questão.

O laudo foi apresentado em março de 2007, informando basicamente que: (i) a Fazenda Pasárgada fazia parte de uma área mais extensa, ocupada, desde o século XIX, por indígenas guarani, que a designavam Tekoha Ñanderu; (ii) no início dos anos 60 do século XX, começou o processo de expulsão dos indígenas da Fazenda Pasárgada, com a titulação de sua propriedade em nome do autor, na data indicada na respectiva escritura pública; (iii) no momento da elaboração do laudo, não havia habitações indígenas na área da fazenda; (iv) os índios guaranis têm, ainda nos dias atuais, suas habitações em área contígua à fazenda, mas nela ingressam com muita frequência, mediante destruição de cerca, pois é local tradicional de caça e coleta; (v) desde a expulsão da Fazenda Pasárgada, o cacique do grupo encaminhou, primeiro ao presidente do antigo Serviço de Proteção ao Índio e depois ao presidente da Funai, vários pedidos para que os órgãos atuassem no sentido de lhes devolver essa área.

GRUPO I

Ao final, em sentença publicada em agosto de 2010, o juiz julgou procedente a ação, fundamentando-se, em síntese, no caso Raposa Serra do Sol (Pet 3388), julgado pelo Supremo Tribunal Federal, com acórdão publicado em 1/7/2010. Entendeu que estavam ausentes os pressupostos dispostos no precedente do STF: ocupação indígena na área disputada, em outubro de 1988, e demonstração de esbulho renitente. No que diz respeito a esse último, explicitou: tem que haver um conflito possessório que, mesmo iniciado no passado, ainda persista até a promulgação da Constituição de 1988, e se materialize por circunstâncias de fato ou por uma controvérsia possessória judicializada.

O Ministério Público Federal, que participou regularmente do processo, foi intimado da sentença.

Apresente recurso (sem necessidade de discorrer sobre as formalidades legais de admissibilidade), cujas razões estejam limitadas a uma preliminar de nulidade da sentença e ao enfrentamento de questões de mérito. **(Responder em até 80 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

SEGUNDA PARTE

CURSOS PAUCURSOR

Questões

1. Discorra sobre as dimensões objetiva e subjetiva da reforma agrária. **(Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**
2. Desenvolva um texto que relacione sistema público de comunicação e a liberdade de manifestação de pensamento. **(Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

GRUPO I

3. Discorra sobre a força vinculante dos tipos de deliberações internacionais de direitos humanos que incidem sobre o Brasil, expondo ainda sobre as possibilidades de uso de cada tipo no âmbito doméstico, a relação com a subsidiariedade da jurisdição internacional de direitos humanos e sua natureza contramajoritária. **(Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

4. Discorra sobre a litigância dos direitos sociais no sistema global e interamericano de direitos humanos, expondo ainda sobre os contornos da indivisibilidade e da dimensão objetiva dos direitos humanos em face dos direitos sociais, bem como os modos de defesa direta e indireta de tais direitos. **(Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

5. João da Silva, ingressou como membro nos quadros do Ministério Público de seu Estado natal, após ser aprovado em concurso público, em março de 1998. Em 2002, já vitaliciado, licenciou-se do cargo no prazo previsto para a desincompatibilização e concorreu às eleições para deputado federal. Derrotado, resolveu abrir mão da carreira política e dedicar-se exclusivamente ao Ministério Público. Em 2014, porém, animou-se novamente e, após ter sua licença deferida pelo chefe da Instituição, resolveu tentar nova eleição, razão por que requereu o registro de sua candidatura para o cargo de deputado federal. Tendo em conta esse quadro, responda fundamentadamente **(Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado):**

- a) foi regular o registro da candidatura de João da Silva em 2002?
- b) considerando a jurisprudência predominante do TSE, era possível o deferimento do registro da candidatura para as eleições de 2014?
- c) qual é a posição do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal em relação ao exercício de atividade político-partidária pelo membro do Ministério Público - existem hipóteses em que ela é admitida?

GRUPO I

6. O partido X contava com comissão provisória no município ABC, no Estado Z, com anotação regular na Justiça Eleitoral. A comissão provisória municipal, em tratativas preliminares, manifestou intenção, no pleito de 2016 (chapa proporcional), de integrar a coligação ABC VENCEDOR, apesar da oposição do diretório regional do partido. Por conta disso, o diretório regional reuniu-se e destituiu sumariamente a comissão provisória, comunicando o fato, mediante carta, ao presidente que foi afastado do cargo. Além disso, nomeou uma outra comissão, com um novo presidente que, em convenção, decidiu integrar a coligação AVANTE ABC AVANTE. Dias depois, a comissão provisória original ignorando o ato de destituição realizado pelo diretório regional, realizou uma outra convenção e decidiu participar da coligação ABC VENCEDOR.

A Justiça Eleitoral, nas instâncias ordinárias, julgou válida a convenção realizada pela nova comissão nomeada pelo diretório regional do partido, sob o fundamento de que a destituição da comissão original versa sobre matéria *interna corporis*, restrita ao âmbito da autonomia partidária prevista na Constituição. A coligação ABC VENCEDOR recorreu ao TSE e, sustentando a nulidade do ato de destituição realizado pelo diretório regional por violação ao devido processo legal, pleiteou que fosse considerada válida a convenção realizada pela comissão provisória original com a contagem dos votos do Partido X em seu favor.

Pressupondo que o recurso foi admitido responda **(Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado):**

- a) a Justiça Eleitoral tem competência para apreciar o litígio? Por quê?
- b) tendo em vista o regramento da autonomia partidária estabelecido pela Constituição, é permitido ao Judiciário corrigir eventual vício existente na destituição da comissão provisória municipal?
- c) o ato do diretório regional é válido? Por quê?
- d) qual o destino a ser dado aos votos recebidos pelo partido X nas eleições municipais?



PROVA SUBJETIVA

GRUPO II

Prezado(a) Candidato(a), para sua segurança, atente para as seguintes instruções:

1. Verifique, **com muita atenção**, este caderno de prova, que deverá conter: uma questão na primeira parte (Dissertação); 6 (seis) questões na segunda parte; 10 (dez) folhas pautadas frente e verso; e 3 (três) folhas para rascunho. As folhas destinadas a rascunho poderão ser destacadas e levadas pelo(a) candidato(a);
2. Constatando qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões ou impressão defeituosa), **solicite imediatamente a substituição do caderno de prova**;
3. Preencha, **em letra de forma**, os campos abaixo reservados para nome, número de inscrição, UF e **assine no espaço apropriado**;
4. É vedado, **sob pena de nulidade da prova**, inserir no corpo das provas o nome, assinatura, local de realização ou qualquer outra anotação ou sinal que possa identificar o candidato, sendo vedado também o uso de líquido corretor de texto e de caneta hidrográfica fluorescente (Resolução nº 169/2016, art. 44, §§ 4º);
5. **Observe rigorosamente o limite de linhas para as respostas**, caso o examinador tenha fixado, uma vez que não serão consideradas as linhas excedentes (Resolução nº 169/2016, art. 42, § 4º);
6. **UTILIZE FOLHAS INDIVIDUAIS PARA CADA QUESTÃO, NUMERANDO-AS. USE O VERSO APENAS PARA CONTINUAÇÃO DA DISSERTAÇÃO OU DE UMA MESMA QUESTÃO**;
7. Sendo insuficiente o número de folhas de resposta constantes do Caderno de Prova, solicite ao fiscal folhas adicionais;
8. Reveja as questões, conferindo suas respostas, antes de transcrevê-las em definitivo, evitando rasuras que poderão dificultar o entendimento de suas respostas;
9. **Será eliminado(a) o(a) candidato(a) que retirar**, ao fim da prova, caderno de prova escrita ou der publicidade a seu conteúdo, por qualquer meio, antes que o faça a organização do concurso (Resolução nº 169/2016, art. 47, parágrafo único); e
10. O(A) candidato(a) deverá, sob pena de desclassificação e não correção de suas provas, redigir suas respostas com letra legível (Resolução nº 169/2016, art. 44, § 7º).

PREENCHA OS CAMPOS ABAIXO:

(Reservado ao MPF)

NOME: _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____ UF: _____

ASSINATURA: _____

GRUPO II

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

Em concurso para provimento de sete cargos efetivos da Administração Pública federal, diversos candidatos inscreveram-se para as vagas reservadas a negros. Destes, sete lograram aprovação, sendo dois deles aprovados em colocação suficiente para as vagas destinadas à ampla concorrência e os outros cinco, às vagas reservadas.

Excetuados os dois candidatos aprovados em colocação suficiente para as vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja, entre os cinco candidatos que se inscreveram às vagas reservadas e foram aprovados para elas, os três candidatos mais bem colocados foram rejeitados, justificadamente, pela comissão de verificação, que não reconheceu a identificação desses candidatos como negros.

O candidato que se inscreveu às vagas reservadas e foi aprovado em melhor colocação para as vagas destinadas à ampla concorrência também teve sua identificação como negro rejeitada pela comissão de verificação, mas não questionou sua exclusão em relação às vagas reservadas, pois considerou que, ainda assim, estaria aprovado no concurso.

Um dos cinco candidatos que se inscreveram e foram aprovados para as vagas reservadas teve sua inscrição impugnada por outros candidatos, porque tinha uma excelente condição social e econômica.

A partir dessas informações, elabore uma dissertação que enfrente o problema, inclusive os seguintes aspectos:

- a) o número de vagas que deve ser reservado a candidatos negros no concurso público em referência e quem deve ficar com o número de vagas reservadas;
- b) autoidentificação e heteroidentificação, e suas bases jurídicas;
- c) como assegurar o devido processo administrativo.

(Responder em até 80 linhas. O que ultrapassar não será considerado).

GRUPO II

SEGUNDA PARTE

Questões

1. O controle da Administração Pública realizado pelo Tribunal de Contas da União tem qual natureza jurídica e em que medida interfere na atuação do Ministério Público Federal? **(Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

2. Trate do princípio da vedação do retrocesso ambiental (não regressão ambiental) e relacione-o com a proteção que devem receber os espaços que constituem o entorno das nascentes e olhos d'água intermitentes. **(Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

3. A). É possível dizer que todos os recursos arrecadados pela União a título de imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza – IR e sobre produtos industrializados – IPI a ela pertencem? B) Deve a União suprimir do cálculo dos recursos a serem entregues ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM os valores que foram objeto de renúncia de receita de IR e IPI ou os valores a serem entregues devem sempre corresponder à arrecadação potencial máxima de tais tributos em que se incluiria os incentivos e as renúncias fiscais? Justificar e responder abordando a competência tributária da União, a extrafiscalidade do IPI e o pacto federativo. **(As respostas às indagações valem, cada qual, 2 pontos e as respectivas justificativas valem, cada qual, 3 pontos. Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado).**

4. A imunidade tributária constante do art. 150, VI, “d”, da Constituição Federal (CF), aplica-se ao livro eletrônico (“e-book”) e aos livros gravados em áudio (audiolivro)? Justificar e responder abordando os bens jurídicos tutelados pela imunidade. **(A resposta à indagação vale 4 pontos)**

GRUPO II

e a justificativa vale 6 pontos. Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)

5. Discorra sobre o controle de convencionalidade de matriz internacional e de matriz nacional, expondo suas características e diferenças, bem como explique as formas possíveis de diálogo e superação de conflito entre os órgãos judiciais nacionais e internacionais a respeito da interpretação de um tratado internacional celebrado pelo Brasil. **(Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado).**

6. Discorra sobre as normas de aplicação imediata no Direito Internacional Privado, explicando o conceito, origem, relação com os métodos do Direito Internacional Privado, seu uso como limite à aplicação do direito estrangeiro, bem como a relação com a ponderação de direitos envolvidos em um caso concreto transnacional. **(Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS



PROVA SUBJETIVA

GRUPO III

Prezado(a) Candidato(a), para sua segurança, atente para as seguintes instruções:

1. Verifique, **com muita atenção**, este caderno de prova, que deverá conter: uma questão na primeira parte (Dissertação); 6 (seis) questões na segunda parte; 10 (dez) folhas pautadas frente e verso; e 3 (três) folhas para rascunho. As folhas destinadas a rascunho poderão ser destacadas e levadas pelo(a) candidato(a);
2. Constatando qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões ou impressão defeituosa), **solicite imediatamente a substituição do caderno de prova**;
3. Preencha, **em letra de forma**, os campos abaixo reservados para nome, número de inscrição, UF e assine no espaço apropriado;
4. É vedado, **sob pena de nulidade da prova**, inserir no corpo das provas o nome, assinatura, local de realização ou qualquer outra anotação ou sinal que possa identificar o candidato, sendo vedado também o uso de líquido corretor de texto e de caneta hidrográfica fluorescente (Resolução nº 169/2016, art. 44, §§ 4º);
5. **Observe rigorosamente o limite de linhas para as respostas**, caso o examinador tenha fixado, uma vez que não serão consideradas as linhas excedentes (Resolução nº 169/2016, art. 42, § 4º);
6. **UTILIZE FOLHAS INDIVIDUAIS PARA CADA QUESTÃO, NUMERANDO-AS. USE O VERSO APENAS PARA CONTINUAÇÃO DA DISSERTAÇÃO OU DE UMA MESMA QUESTÃO;**
7. Sendo insuficiente o número de folhas de resposta constantes do Caderno de Prova, solicite ao fiscal folhas adicionais;
8. **Reveja as questões, conferindo suas respostas, antes de transcrevê-las em definitivo, evitando rasuras que poderão dificultar o entendimento de suas respostas;**
9. **Será eliminado(a) o(a) candidato(a) que retirar, ao fim da prova, caderno de prova escrita ou der publicidade a seu conteúdo, por qualquer meio, antes que o faça a organização do concurso (Resolução nº 169/2016, art. 47, parágrafo único); e**
10. O(A) candidato(a) deverá, sob pena de desclassificação e não correção de suas provas, redigir suas respostas com letra legível (Resolução nº 169/2016, art. 44, § 7º).

PREENCHA OS CAMPOS ABAIXO:

(Reservado ao MPF)

NOME: _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____ UF: _____

ASSINATURA: _____

GRUPO III

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

O Ministério Público ajuizou, em 2006, ação civil pública em face de Azulindo de Souza e sua mulher Deusarina de Souza, proprietários e possuidores de um imóvel rural no interior do Estado de São Paulo, postulando a sua condenação nos seguintes pedidos:

a) ao cumprimento de obrigação de fazer, no sentido de providenciarem a instituição, demarcação e averbação da área de Reserva Legal de 20%, excluindo-se do percentual as Áreas de Preservação Permanente ali existentes e cessando a exploração agropecuária na área, para possibilitar o imediato início de seu processo de regeneração;

b) ao cumprimento de obrigação de fazer, consistente na efetivação do reflorestamento da área com espécies nativas da região;

c) ao cumprimento da obrigação de não fazer, consistente em absterem-se de explorar a área destinada à Reserva Florestal Legal ou nela promoverem ou permitirem que se promovam atividades danosas, ainda que parcialmente.

d) à multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada dia de atraso no cumprimento das obrigações fixadas na sentença.

O juízo de primeiro grau julgou procedente a ação, concedendo aos requeridos o prazo de um (1) ano para a efetivação dos pedidos constantes das alíneas *a* e *b*.

Interposta apelação, o Tribunal de Justiça de São Paulo manteve integralmente a decisão do juiz de piso.

Os recursos especial e extraordinário restaram inadmitidos.

Os requeridos procederam à averbação da Reserva Legal, junto à matrícula do imóvel, em abril de 2011, após o que deu-se a extinção da execução da obrigação de fazer. O acórdão transitou em julgado em 13 de dezembro de 2011.

GRUPO III

Em 26 de maio de 2012 entrou em vigor a Lei nº 12.651 (Novo Código Florestal), que alterou o regime jurídico da Reserva Legal e das Áreas de Preservação Permanente, permitindo, em seu art. 15, que estas últimas sejam computadas no cálculo do percentual da Reserva Legal do imóvel.

Em setembro de 2014, Azulindo de Souza e sua mulher Deusarina de Souza ingressaram com ação declaratória em face do Ministério Público e da Fazenda Pública do Estado, pretendendo a aplicação do novo regime do art. 15 ao imóvel rural de sua propriedade. Aduziram que o Decreto Federal nº 8.235/2014, em seu art. 12, determinou a revisão dos termos de compromisso ou instrumentos similares, firmados sob a vigência da legislação anterior, para se adequarem ao disposto na Lei 12.651/2012.

Alegaram, ainda, que a doutrina e a jurisprudência consagram o princípio da limitação temporal da eficácia da coisa julgada frente à alteração de regime jurídico.

Postularam, a final:

a) a declaração de que estão autorizados a modificar o projeto de reserva legal do imóvel, adequando-o ao Novo Código Florestal, que permite o cômputo das Áreas de Preservação Permanente no cálculo do percentual da Reserva Legal;

b) a condenação dos requeridos a permitirem a modificação do projeto de Reserva Legal do imóvel;

c) a determinação ao Cartório de Registro de Imóveis para que realize nova averbação de Reserva Legal na matrícula do imóvel, adequada à norma prevista no art. 15 da Lei nº 12.651/2012, cancelando a anterior.

Na qualidade de órgão do Ministério Público, elabore contestação à ação declaratória, alegando toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido e especificando, se for o caso, as provas que pretende produzir. **O texto da dissertação deverá conter, no máximo, 80 linhas. O que estiver escrito a partir da 81ª linha não será objeto de avaliação.**

GRUPO III

SEGUNDA PARTE

Questões

1. Discorra sobre o abandono afetivo por parte do genitor. Seus pressupostos, prazo prescricional da pretensão reparatória – início da fluência e consumação – e possibilidade de indenização por dano moral, sob a ótica da recente jurisprudência do STJ. **(Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**
2. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6949/2009, define a pessoa com deficiência sob a ótica da concretização dos direitos humanos, consagrando o direito à não-discriminação e o direito à diferença. Quais são as principais repercussões sobre as relações privadas, econômicas e sociais dos grupos vulneráveis a partir da atual fase humanista do direito privado constitucional? **(Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado).**
3. O Código de Processo Civil de 2015 trouxe, expressamente, novas hipóteses de intimação obrigatória do Ministério Público, em relação ao que dispunha o CPC de 1973.
 - a) Enumere esses novos casos e justifique a sua inclusão.
 - b) Nos casos de intervenção obrigatória, sendo regular a intimação, a falta de manifestação do MP induz à nulidade do processo? Justifique. **(Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**
4. Em ação de busca, apreensão e restituição de criança, sendo caso de sequestro internacional, a quem cabe arcar com as custas processuais e com as demais despesas, tais como honorários periciais, de psicólogos, intérpretes, cartas rogatórias e honorários advocatícios?

GRUPO III

A condição do/a requerente e/ou do/a requerido deve ser considerada para esse fim?

Qual o fundamento em que se apoia o seu entendimento a respeito do tema? **(Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado).**

5. À luz da lei, da doutrina e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, discorra sobre os direitos individuais homogêneos e o papel do Ministério Público em defesa do consumidor via ação civil pública, relacionando sua exposição com situação hipotética em que há vício oculto em medicamento de larga utilização, prestação deficiente de informação pelo fornecedor e a noção de periculosidade intrínseca ou inerente. **(Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

6. Com apoio na lei e na doutrina, relacione, fundamentadamente, parcela de mercado (*market share*), poder derivado (*market power*) e baixo índice de elasticidade cruzada (*cross elasticity*) como critérios para aferição sobre a ocorrência ou não de posição dominante. **(Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**



PROVA SUBJETIVA

GRUPO IV

Prezado(a) Candidato(a), para sua segurança, atente para as seguintes instruções:

1. Verifique, **com muita atenção**, este caderno de prova, que deverá conter: uma questão na primeira parte (Dissertação); 6 (seis) questões na segunda parte; 10 (dez) folhas pautadas frente e verso; e 3 (três) folhas para rascunho. As folhas destinadas a rascunho poderão ser destacadas e levadas pelo(a) candidato(a);
2. Constatando qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões ou impressão defeituosa), **solicite imediatamente a substituição do caderno de prova**;
3. Preencha, **em letra de forma**, os campos abaixo reservados para nome, número de inscrição, UF e assine no espaço apropriado;
4. É vedado, **sob pena de nulidade da prova**, inserir no corpo das provas o nome, assinatura, local de realização ou qualquer outra anotação ou sinal que possa identificar o candidato, sendo vedado também o uso de líquido corretor de texto e de caneta hidrográfica fluorescente (Resolução nº 169/2016, art. 44, §§ 4º);
5. **Observe rigorosamente o limite de linhas para as respostas**, caso o examinador tenha fixado, uma vez que não serão consideradas as linhas excedentes (Resolução nº 169/2016, art. 42, § 4º);
6. **UTILIZE FOLHAS INDIVIDUAIS PARA CADA QUESTÃO, NUMERANDO-AS. USE O VERSO APENAS PARA CONTINUAÇÃO DA DISSERTAÇÃO OU DE UMA MESMA QUESTÃO**;
7. Sendo insuficiente o número de folhas de resposta constantes do Caderno de Prova, solicite ao fiscal folhas adicionais;
8. Reveja as questões, conferindo suas respostas, antes de transcrevê-las em definitivo, evitando rasuras que poderão dificultar o entendimento de suas respostas;
9. Será **eliminado(a) o(a) candidato(a) que retirar, ao fim da prova, caderno de prova escrita ou der publicidade a seu conteúdo, por qualquer meio, antes que o faça a organização do concurso** (Resolução nº 169/2016, art. 47, parágrafo único); e
10. O(A) candidato(a) deverá, sob pena de desclassificação e não correção de suas provas, redigir suas respostas com letra legível (Resolução nº 169/2016, art. 44, § 7º).

PREENCHA OS CAMPOS ABAIXO:

(Reservado ao MPF)

NOME: _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____ UF: _____

ASSINATURA: _____

GRUPO IV

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

Art. 34. Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente:

Pena - detenção de um ano a três anos ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem:

I - pesca espécies que devam ser preservadas ou espécimes com tamanhos inferiores aos permitidos;

II - pesca quantidades superiores às permitidas, ou mediante a utilização de aparelhos, petrechos, técnicas e métodos não permitidos;

III - transporta, comercializa, beneficia ou industrializa espécimes provenientes da coleta, apanha e pesca proibidas.

Art. 35. Pescar mediante a utilização de:

I - explosivos ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeito semelhante;

II - substâncias tóxicas, ou outro meio proibido pela autoridade competente:

Pena - reclusão de um ano a cinco anos.

Analise os tipos penais do artigo 34 da Lei n. 9.605/98 sob os aspectos abaixo especificados:

- a) Bem jurídico protegido, titularidade; (6 p.)
- b) Local do crime; (6 p.)
- c) Concurso de crimes ou conflito de normas; (8 p.)
- d) Atribuição do Ministério Público para a persecução penal, relacionada, também, à competência estabelecida na Constituição; (6 p.)
- e) Posições do Superior Tribunal de Justiça e das Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal sobre competência e atribuição; (6 p.)

GRUPO IV

f) Eventual incidência de dispositivo que permita transação penal e/ou suspensão do processo, ou, ainda, atipicidade por insignificância. (8 p.)
(Responder em até 80 linhas. O que ultrapassar não será considerado).

SEGUNDA PARTE

Questões

1. Analise a compatibilidade da justiça restaurativa com crimes vagos. **(Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado).**

2. Qual a diferença entre organização criminosa e associação criminosa? **(Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado).**

3. Fundamente a possibilidade de exasperação da pena-base do crime de redução a condição análoga à de escravo em razão do elevado número de vítimas com o aumento de pena pelo concurso formal. **(Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado).**

4. Você assume suas funções em uma Procuradoria da República em Município na qual estão em curso investigações em sede de inquérito policial, instaurado por requisição da(o) colega que a(o) antecedeu. O objeto da investigação é, segundo a justificativa da instauração, a apuração de corrupção mediante desvio de recursos públicos federais no âmbito de um órgão público federal no Município X, em que há suposto envolvimento das pessoas P1 e P2, *ninguém com prerrogativa de foro*. Houve requerimento do Ministério Público Federal em primeiro grau de interceptações dos telefones dos três investigados originariamente. O juiz federal competente deferiu as medidas, que estavam em execução quando você assumiu as funções na PRM. A Polícia Federal representou pela prorrogação das interceptações telefônicas, juntando relatório e mídias do que apurado até o momento. Na

GRUPO IV

análise dos fatos apurados, e antes de se manifestar nos autos, pode-se verificar que:

1) na conversa de P1 com terceiro ainda não identificado, P1 refere que "*ouviu falar por terceiros que nesse "esquema de desvios de recursos públicos federais" também poderia estar envolvido DF1 por infrações relacionadas ao mandato*" (DF1 é Deputado Federal em exercício);

2) no *décimo e no décimo quarto* dias da interceptação telefônica do aparelho de P2, há conversas travadas por ele com GV1 (Governador de um Estado da Federação), no qual G1 confessa, expressamente e com detalhes, que parte dos desvios de recursos públicos federais objeto da investigação em primeiro grau são por ele, GV1, percebidos em razão do exercício do atual cargo de governador, bem assim destinados por um doleiro para uma conta sua situada em *offshore* em Hong Kong.

Diante do exposto, e considerando especialmente a jurisprudência do STF a respeito do tema de competências e prova no processo penal, responda às seguintes questões.

a) As provas colhidas em detrimento de DF1 e GV1 são válidas ? Justifique (0,20 pontos).

b) Há providências que devam ser tomadas em relação ao apurado no item 1 ? Justifique. (0,40 pontos)

c) Há providências a serem tomadas em relação aos fatos descritos no item 2? Justifique. (0,40 pontos)

Responda tudo em, no máximo, 20 linhas. Tudo que exceder esse limite será excluído da avaliação.

5. Ação penal foi iniciada perante o Supremo Tribunal Federal contra um parlamentar pelo delito de corrupção passiva (art. 317, CP) cometido durante o exercício do mandato. Dois dias depois do recebimento da denúncia à unanimidade pelos integrantes de uma das turmas do STF, sem que se tenha realizado qualquer outro ato posteriormente, o parlamentar perdeu a prerrogativa porque não foi reeleito. Quinze dias após, publicado o acórdão de recebimento da denúncia, os autos são remetidos pelo STF ao

GRUPO IV

juízo federal de primeiro grau (porque os fatos efetivamente eram de competência federal em razão da matéria), que os encaminhou ao Ministério Público Federal para manifestação. Você recebeu os autos.

2.1) Sendo você agora o promotor natural do feito, se estiver convicto que os fatos são atípicos, pode se manifestar pelo arquivamento ao juiz competente? Justifique (0,40 pontos)

2.2) Na hipótese de você estar convicto que os fatos são típicos e que a ação penal precisa prosseguir, é necessário ratificar o ato de recebimento da denúncia perante o Juízo Federal de primeiro grau? Justifique (0,40 pontos)

2.3) Independentemente da resposta do item 2.2, se você estiver convicto ainda que os fatos são típicos e o feito deve prosseguir, qual procedimento deve ser adotado com qual respectiva medida? Justifique. (0,20 pontos)

Responda tudo em, no máximo, 20 linhas. Tudo que exceder esse limite será excluído da avaliação.

6. Você é Procurador(a) da República e assumiu suas funções perante o Município Y. O(a) colega que o(a) antecedeu abriu um Procedimento Investigatório Criminal - PIC para apurar o desvio de recursos da União que foram enviados ao Município Y (*com o compromisso da necessária prestação de contas das suas aplicações, portanto competência indiscutivelmente federal*), com base em informações não anônimas recebidas e devidamente documentadas. Essas informações detalhadas indicavam com altíssimo grau de confiabilidade que esses recursos federais depositados na conta da municipalidade no Banco BLD foram efetivamente desviados ilícitamente, havendo indícios veementes de prática, pelo menos, de delitos de corrupção, fraude a licitações e lavagem de dinheiro. O(a) procurador(a) que atuava no feito antes de você assumir as funções entendeu ser essencial saber quais valores oriundos de verbas federais efetivamente eram os depositados na conta da municipalidade, bem assim em quais contas de particulares foram posteriormente depositados esses valores desviados pelos crimes apurados. Inicialmente, *sem qualquer ordem judicial*, ele(a) solicitou *diretamente* à instituição financeira os documentos

GRUPO IV

relativos às movimentações financeiras das contas do município no período relativo aos indícios das práticas criminosas e relacionadas *exclusivamente* com os recursos federais. O Banco BLD prestou as informações *diretamente* ao Ministério Público Federal, remetendo os documentos, indicando objetivamente os valores que foram depositados, e, nesse momento, apenas os números das contas de particulares envolvidos nas supostas práticas criminosas para onde direcionados os recursos (*com saques na boca do caixa e depósitos subsequentes nessas contas privadas de pessoas envolvidas*), confirmando, assim, as informações que ensejaram a investigação até aquele momento. Em diligência complementar, *novamente sem qualquer ordem judicial*, o(a) procurador(a) oficiante solicitou diretamente ao mesmo Banco BLD os dados das contas bancárias particulares para onde destinados os recursos federais, documentos e respectivos movimentos relativos *exclusivamente* a esses valores públicos repassados a essas contas privadas, deixando expresso para que não fossem mandadas outras informações das contas privadas que não relacionadas a esses valores públicos desviados. Novamente, e *dentro dos limites indicados*, a instituição bancária enviou diretamente ao MPF os documentos solicitados com a comprovação indubitável das práticas criminosas. Há elementos cabais e suficientes da autoria e materialidade pelo que restou apurado. A defesa dos envolvidos - *que estava acompanhando a investigação e tendo amplo acesso às provas produzidas* - entrou com *habeas corpus* perante TRF, defendendo que a "quebra de sigilo bancário" se deu *sem a respectiva ordem do juízo competente*, devendo-se reconhecer a ilicitude de *todas* as provas coletadas, tanto em relação à conta do município quanto a dos particulares para onde direcionados os valores. Você assumiu as funções perante a Procuradoria da República no Município Y e foi notificado(a) para apresentar as informações no *habeas corpus*. Na linha do entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito do tema, o que você sustentaria? Justifique. (1,0 pontos)

Responda tudo em, no máximo, 20 linhas. Tudo que exceder esse limite será excluído da avaliação.